

CULTURA POLÍTICA E PROCESSOS ELEITORAIS

Political culture and electoral processes

Ednaldo Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá - UEM
✉ ednaldorip@uol.com.br

Ainda que a relevância de fatores culturais na explicação de fenômenos políticos continue sendo objeto de considerável polêmica entre os cientistas sociais, dificilmente podemos encontrar investigadores que ostensivamente afirmem a total irrelevância dessa dimensão subjetiva. Apesar do tema da causalidade e da capacidade explicativa de variáveis relacionadas à cultura política ser controverso (MULLER & SELIGSON, 1994), a afirmação de que tais fatores importam tem ganhado cada vez mais adeptos (PUTNAM, 1997; DALTON, 2000; NORRIS, 2002; INGLEHART & WELZEL, 2005). Mesmo entre pesquisadores não vinculados ao que podemos chamar de “abordagem culturalista”, tem se difundido a tese de que o conjunto de fatores relacionados a essa dimensão subjetiva deve ser considerado em qualquer análise multicausal dos problemas contemporâneos, ainda que na posição de variável interveniente (DAHL, 1997).

Como sua proposta de superação dos limites estritamente institucionais, os estudos sobre cultura política têm ganhado bastante destaque nas últimas décadas, contribuindo para a popularização de termos como capital social, confiança interpessoal, cultura cívica e cultura política, tanto dentro quanto fora da academia.

É preciso reconhecer que a preocupação com tais determinantes culturais não é recente, sendo possível identificar seus antecedentes em escritos políticos de filósofos da antiguidade. Sua sistematização como programa de pesquisas, porém, é algo recente, datando da segunda metade do século XX. Como marco desta institucionalização, temos o estudo pioneiro de Gabriel Almond e Sydney Verba, *The Civic Culture* (1989), inspirador de uma série de novas pesquisas que trataram de aprofundar esta temática que atualmente vive um período de intensa produção.

A despeito desse reconhecimento, as investigações sobre o comportamento eleitoral, como recentemente apontou Baquero (2009), continuam a enfatizar o caráter racional dos eleitores e a dimensão institucional, mencionando muito marginalmente a questão dos valores, normas e atitudes. Sem pretender minimizar a relevância dessa dimensão racional, diferentes autores *culturalistas* têm defendido a importância dessa dimensão subjetiva para os processos eleitorais.

Ronald Inglehart, por exemplo, em seus estudos sobre mudança cultural, tem recorrentemente afirmado que a alteração das prioridades valorativas individuais em escala global, em direção aos chamados valores pós-materialistas, produzem impacto significativo sobre as instituições democráticas (INGLEHART & WELZEL, 2005). Mais especificamente no que diz respeito aos processos eleitorais, esse pesquisador defende que a partir das décadas finais do século XX, o cenário partidário ocidental tem refletido a tensão existente entre preocupações materialistas, em refluxo, e a ênfase em metas e objetivos pós-materialistas (INGLEHART, 2001).

Tal tensão no campo das orientações subjetivas dos públicos ocidentais estaria sendo resolvida no nível partidário tanto pela criação de novas legendas, quanto pela adoção de novas posições pelos partidos já consolidados (HUBER & INGLEHART, 1995). A partir de interessante análise dos programas de dezenas de partidos em diferentes países, Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) verificaram que o percentual de referências ao conflito social entre as classes tem diminuído gradualmente e que tem aumentado as menções a temas como meio ambiente, igualdade de gênero, direitos de minorias étnicas. Entre as décadas 1940 e 1960, a média de menções a questões relacionadas à preservação ambiental nos programas analisados era de 0,3; na década de 1990 essa média de referências ao tema salta para 11. Ou seja, a relevância dos valores e de suas alterações poderia ser sentida nessa reestruturação programática e também nas estratégias eleitorais.

Demonstrar diretamente que as mudanças valorativas individuais antecedem à reorientação dos programas e estratégias partidárias é tarefa complexa, entretanto, como a reorientação cultural é um processo que ocorre ao longo de gerações e por meio de processos prolongados de socialização, nos parece menos plausível supor que a alteração na cultura política dos eleitores seja efeito das mudanças empreendidas pelas lideranças dos partidos políticos.

O impacto eleitoral dessas mudanças culturais também pode ser identificado no que diz respeito ao relevante problema da desigualdade de representação política entre homens e mulheres nas democracias atuais. Graças à sua associação com a defesa da auto-expressão, tolerância e igualdade entre os gêneros, a síndrome de valores pós-materialistas é apontada também como importante impulsionador da inclusão do tema do “empoderamento” das mulheres na agenda política de agremiações de distintas matrizes ideológicas (INGLEHART, NORRIS E WELZEL, 2002).

Inglehart e Welzel (2005) mostram que tem aumentado, em termos globais, a rejeição pública à afirmação de que “homens são melhores líderes políticos que mulheres” e que essa disposição mais favorável à igualdade tem se convertido objetivamente em ampliação da presença feminina nos parlamentos, ao apresentarem um coeficiente de correlação elevado (0,73) entre os percentuais de discordantes e de mulheres nas casas legislativas em uma análise envolvendo mais de 70 países.

Também no cenário brasileiro alguns autores têm contribuído para a afirmação da relevância da cultura política sobre o comportamento eleitoral. A partir da análise de dados relativos à eleição presidencial de 1989 e do seu relacionamento com variáveis relacionadas à cultura política da população nacional, Moisés (1990) nos apresenta um interessante esforço nesse sentido. Esse pesquisador constata que já no final da década de 1980, a adesão normativa dos brasileiros à democracia se tornava cada vez mais consistente. Entretanto, também identifica uma acentuada frustração com o funcionamento concreto das instituições políticas do país. Associada à postura democrática, o interesse por política crescia, mas em paralelo também ganhava força um sentimento de indignação que se manifestava no voto de protesto. Esse dualismo em nossa cultura política, portanto, é proposto como fator explicativo relevante para um comportamento peculiar do eleitorado nacional.

Também merecem destaque os estudos conduzidos por Baquero, que identifica um tipo de eleitor com traços personalistas e pragmáticos, também em razão do

descrédito e desconfiança nas instituições políticas e nos seus operadores (1994), somado a um recorrente sentimento de ineficácia política (BAQUERO & CASTRO, 1996).

O elemento personalista nessa interpretação teria sua base no desencanto com o funcionamento concreto das instituições políticas, especialmente dos partidos (BAQUERO, 2000). O pragmatismo, por sua vez, é interpretado como consequência da dificuldade que o eleitor médio possuiria de formular avaliações coerentes sobre os fenômenos políticos. Em pesquisas realizadas na cidade de Porto Alegre, esse pesquisador identificou que a maioria dos eleitores poderia ser definida como desprovida de conteúdo ideológico. Tais eleitores decidem seu voto a partir de critérios como eficiência na administração pública e preocupação com questões pós-materialistas, como preservação ambiental e qualidade de vida (BAQUERO, 1994; 1997).

Com interpretações distintas, esses investigadores tratam de afirmar a relevância de variáveis normalmente associadas aos estudos de cultura política na explicação do comportamento dos eleitores brasileiros. Somam-se, portanto, a uma vasta literatura internacional que, ao apontar os limites da perspectiva puramente racionalista ou institucionalista, apresenta essa dimensão subjetiva dos fenômenos políticos como importante fator interveniente.

Bibliografia

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Nova York: Sage, 1989.
- BAQUERO, M. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In.: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
- BAQUERO, M. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In.: BAQUERO, M. (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- BAQUERO, M.; CASTRO, H.C. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In.: BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
- DAHL, R. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DALTON, R. J. Value change and democracy. In.: PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D. (eds.). *Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

- HUBER, J.; INGLEHART, R. Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies. *Party Politics*, 1, 1:73-112, 1995.
- INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. Gender equality and democracy. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46, 2002.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C.. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York, Cambridge University Press, 2005.
- KLINGEMANN, H.; HOFFERBERT, R.; BUDGE, I. *Party, Policies and Democracy*. Boulder: Westview Press, 1994.
- MOISÉS, J.A. Elecciones, participación y cultura política: câmbios y continuidades. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 50, p.61-109, 1991.
- MULLER, E. N.; SELIGSON, M. Civic culture and democracy: The question of causal relationships. In: *American Political Science Review*, n.88, p. 635-652, 1994.
- NORRIS P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.